

SUMÁRIO

NOTA EXPLICATIVA	13
APRESENTAÇÃO — <i>Alberto do Amaral Júnior</i>	15
PREFÁCIO — <i>Flávia Piovesan</i>	19
1. INTRODUÇÃO E DELIMITAÇÃO DO TEMA	23
1.1. Hipóteses para estudo	29
1.1.1. A problematização	30
1.1.2. Hipótese central.....	30
1.1.3. Hipóteses secundárias	30
1.2. Desenvolvimento do trabalho	31
2. UM PANORAMA GERAL DA JUSTIÇA E SEUS DESAFIOS	33
2.1. Posicionamentos doutrinários a respeito dos principais problemas do Judiciário brasileiro.....	40
2.2. Dados e contribuições prospectados em fontes internacionais sobre os fundamentos e impactos das reformas no Poder Judiciário	46
2.3. Diagnósticos de agências nacionais acerca da reforma judicial brasileira	52
2.4. Conclusões preliminares	59
3. A PRESTEZA JURISDICIONAL SOB O ENFOQUE DA FILOSOFIA E DA HERMENÊUTICA	63
3.1. Uma brevíssima nota metodológica sobre a metódica constitucional.....	69
3.2. A lógica da celeridade no pensamento moderno de matriz anglo-saxônica.	76
3.2.1. As raízes epicuristas do pensamento moderno	80
3.2.2. Do epicurismo ao empirismo e pragmatismo: sua influência sobre o direito	83
3.2.3. A polêmica tese utilitarista e seu caráter instrumental.....	86
3.3. A presteza no pensamento pós-moderno: o dilema da aplicação e da interpretação silogística do direito	91
3.4. O discurso pós-positivista e a hermenêutica contemporânea	97
3.4.1. Apontamentos acerca do quadro dogmático antecedente	97
3.4.2. As bases do pensamento pós-positivista.....	100
3.4.3. O papel da hermenêutica contemporânea.....	101
3.4.4. A nova hermenêutica e os ideais de justiça.....	105
3.5. Sumariando as conexões propostas neste capítulo.....	107

4. A PRESTEZA JURISDICIONAL SOB O PRISMA HISTÓRICO E DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: SEUS FUNDAMENTOS DOUTRINÁRIOS NO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	111
4.1. Os direitos humanos e a dignidade da pessoa humana	116
4.1.1. Considerações gerais	116
4.1.2. Revisitando a base doutrinária	118
4.1.3. Sintetizando as convergências: a contribuição do discurso kantiano.....	126
4.2. O direito humano de acesso à justiça em tempo razoável: as marcas de seu advento a partir de documentos históricos.....	127
4.2.1. As referências anglo-saxônicas	128
4.2.2. O <i>speedy trial</i> no direito estadunidense.....	134
4.2.3. A celeridade processual no direito continental europeu	136
4.3. O direito à razoável duração do processo no sistema internacional de proteção.....	139
4.3.1. O sistema global de proteção e a Declaração Universal de Direitos	139
4.3.2. Os instrumentos regionais de proteção dos direitos humanos e a cláusula do julgamento célere	146
4.3.2.1. A Convenção Europeia dos Direitos do Homem.....	147
4.3.2.1.1. A Jurisprudência do Tribunal de Estrasburgo	151
a) A complexidade do caso	156
b) A conduta das partes	159
c) A atuação das autoridades competentes: administrativas ou judiciais.....	160
4.3.2.2. O Sistema Interamericano: A Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e a Convenção Americana de Direitos Humanos.....	165
4.3.2.2.1. A sistemática de monitoramento no âmbito da Convenção Americana de Direitos Humanos.....	166
4.3.2.2.2. O direito ao julgamento célere no Sistema Interamericano.....	170
a) Os critérios para aferição do julgamento	173
b) A jurisprudência sobre a reparação por violações à Convenção	177
4.3.4. Conclusões parciais	181
5. A ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA COMO LOCUS OPERATIVO DA PRESTEZA JURISDICIONAL	185
5.1. A presteza jurisdicional no ordenamento jurídico brasileiro	185
5.1.1. Considerações gerais acerca da positivação da celeridade processual no ordenamento jurídico brasileiro.....	185

5.1.2.	O contexto principiológico motivador da presteza jurisdicional no final do século XX	185
5.1.3.	A recepção do direito ao julgamento célere no ordenamento jurídico brasileiro	195
5.1.4.	A indeterminação conceitual da razoável duração do processo: um discurso para surdos?	200
5.1.4.1.	A eficácia processual: sua prossecução mediante a utilização da técnica dos <i>standards</i> . Uma resposta ao hibridismo dos sistemas normativos em face da pretensão universalista dos direitos fundamentais	207
5.2.	A Administração Judiciária: o novo paradigma do sistema judicial de administração	218
5.2.1.	As bases do modelo gestor contido na Emenda n. 19/98	222
5.2.1.1.	O aporte administrativista ao modelo gestor. Do dever à boa administração ao direito à razoável duração do processo: a sua interlocução doutrinária e jurisprudencial	224
5.2.2.	O Sistema Nacional de Justiça contido na Emenda Constitucional n. 45/2004	230
5.2.2.1.	As políticas estruturais e de gestão	236
5.2.2.2.	O Conselho Nacional de Justiça e a governança judicial	244
5.2.2.2.1.	As políticas processuais e as reformas legislativas	253
5.2.2.2.2.	As políticas processuais e a gestão processual	258
	CONCLUSÕES	273
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	281
	ANEXO	297